

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**APRESENTAÇÃO**

Atendendo às exigências da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da **Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG**, a Administração da Companhia apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício de 2011, emitidas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes da Lei n.º 6.404/76 e as suas alterações posteriores.

**MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

**Análise do Desempenho Financeiro da CASEMG - 2011/2010** - Durante o exercício de 2011, apesar da economia brasileira ter registrado, com relação ao exercício de 2010, uma desaceleração no ritmo de crescimento conforme já indicava o último trimestre daquele exercício, os cálculos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) situam o avanço do PIB em 3%. Segundo este instituto, cinco fatores foram determinantes para a desaceleração do crescimento da economia: a apreciação do real, aperto monetário iniciado no final de 2010, as características da política fiscal em 2011 em relação a 2010, o acúmulo de estoques em 2011 e a crise econômica na Europa. Num ambiente econômico ainda favorável ao Brasil, se comparado às economias da Zona do Euro e dos USA, o país mantém sua produção agropecuária entre as mais prósperas do planeta. A safra 2010/2011 levou o país a um novo recorde na produção de grãos, conforme dados da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Considerações Sobre o Resultado do Exercício** - Com a conjuntura econômica favorável, o desempenho da Companhia também alcançou

resultado positivo, com incremento substancial da Receita Operacional Bruta, da ordem de 13,24% se comparada à obtida em 2010, atingindo a cifra nominal superior a R\$ 19 milhões, isso em função do aumento da demanda pela armazenagem, registrando um Lucro Bruto da ordem de R\$ 3 milhões no exercício, superior em 62,31% ao verificado em 2010. Contudo, não obstante os esforços despendidos, o resultado ainda não foi o suficiente para cobertura com sobra dos custos totais da Companhia, resultando prejuízo ao final do exercício de R\$ 4.798.616. **Considerações sobre a Situação Patrimonial** - Cabe enfatizar que a gestão administrativa em 2011 foi profícua também na gestão patrimonial. Tem-se que os ativos imobiliários totais da Companhia somam 41 imóveis, dos quais 22 são ocupados por unidades ativas. Considerando-se que muitos bens patrimoniais apresentavam, de longa data, pendências de regularização documental e registral, foi instituída uma Comissão Interna objetivando agilizar as regularizações dos imóveis, cujos trabalhos resultaram na recuperação da propriedade daqueles localizados nos municípios mineiros de Governador Valadares, Muriaé e Três Pontas. **Considerações Finais** - Na opinião da Administração, as ações empreendidas e os resultados obtidos, em 2011, validam o modelo de negócios adotados como estratégia para converter em realidade a Missão que norteia a Companhia: “Viabilizar soluções de armazenagem e transbordo, agregando valor sustentável ao agronegócio”. Acredita-se que a medida que ainda falta à CASEMG e que será fundamental para o reconhecimento do seu trabalho, é a distribuição de dividendos para seus acionistas, a médios e longos prazos, fator de ampliação e fortalecimento do volume de seus negócios, pois, quanto maior este volume, mais forte será reconhecida a marca CASEMG, conforme preconizado pela sua Visão de Futuro: “Seremos reconhecidos

pela sociedade como uma Empresa de sucesso pelos resultados que gera para seus clientes, acionistas, colaboradores, parceiros e comunidades”. Nesse sentido, e objetivando o aumento de produtividade e qualidade dos serviços inerentes à armazenagem, o que permitirá a conquista de novos clientes, sobrepondo à concorrência, bem como levando-se em conta à situação estratégica da Companhia como instrumento de política agrícola governamental, suas áreas técnicas especificaram investimentos físicos considerados prioritários à concretização dos objetivos mencionados. Para tanto, a Administração estará buscando aporte de capital junto à União, acionista majoritária, visando melhorar a eficiência da empresa, devendo ser levado em consideração para investimentos em cada Unidade de Armazenagem e Negócios-UAN, o plano de negócios atual, o planejamento estratégico e a capacidade de crescimento neste nicho de mercado. Por fim, é forçoso reconhecer que, mais um ano operando no mercado de armazenagem, não faltou à Administração o apoio decisivo e a confiança de fornecedores, clientes, parceiros, acionistas e, especialmente, dos funcionários dedicados e comprometidos com a Missão e a Visão de negócio e valores da Companhia. A todos, sinceramente, o agradecimento da Diretoria, em especial à União, acionista majoritária, pela confiança depositada.

A ADMINISTRAÇÃO

**Denise Deckers do Amaral, Maria Auxiliadora Domingues de Souza, Caio Tibério Dornelles da Rocha, Glycon Terra Pinto Junior, José Magalhães de Sousa, Pedro Araújo Cardoso.**

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro - Em Reais			
ATIVO	Nota	2011	2010
<b>CIRCULANTE</b>		<b>158.734.068</b>	<b>159.386.242</b>
Caixa e bancos		25.210	112.657
Aplicações financeiras		540.747	833.685
Contas a receber de clientes	4	1.217.996	1.342.376
Estoque de almoxarifado		176.825	155.865
Estoque Produtos de Terceiros	5	156.109.942	155.865.356
Despesas antecipadas		172.573	176.411
Adiantamentos concedidos		76.008	38.641
Tributos a recuperar/compensar	6	212.576	320.742
Concessão de D. R. Uso	7	98.484	32.000
Ressarcimento de clientes	8	101.404	46.798
Precatório a receber	9	-	500.000
Outros créditos e valores a receber	10	2.303	49.936
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>23.960.536</b>	<b>27.283.381</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>2.429.154</b>	<b>2.895.141</b>
Desapropriação de imóveis a receber	11	-	683.489
Valores bloqueados pela justiça	12	1.213.008	696.840
Depósitos judiciais	12	241.790	345.887
INSS a compensar	13	121.757	-
Crédito a compensar c/ impostos municipais	14	845.445	816.255
Cobranças judiciais	15	-	112.403
Duplic. a receber de clientes em Cobr. Judicial	16	446.892	539.439
(-) Provisão p/ Devedores Duvidosos	17	439.738	299.171
<b>IMOBILIZADO LÍQUIDO</b>		<b>21.147.705</b>	<b>24.388.240</b>
<b>IMOBILIZADO BRUTO</b>	18	148.742.072	149.222.555
(-) Depreciação Acumulada		127.594.367	124.834.115
<b>INTANGÍVEL</b>	18	<b>383.677</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>182.694.605</b>	<b>186.669.623</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	2011	2010
<b>CIRCULANTE</b>		<b>162.118.027</b>	<b>161.552.246</b>
Fornecedores		460.051	712.161
Salários e contribuições previdenciárias		1.160.910	1.045.892
Obrigações tributárias	19	238.438	155.284
Estoque Produtos de Terceiros	5	156.109.942	155.865.357
Parcelamento REFIS	20	241.361	102.520
Parcelamento Fornecedor		116.067	357.169
Provisão para contingências/cíveis	21	1.820.998	3.237.222
Acordos Trabalhistas	21	1.900.385	-
Pensões Judiciais	21	3.482	-
Outras Obrigações a curto prazo		66.392	76.640
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>2.471.000</b>	<b>2.196.164</b>
Provisão para contingências	21	-	136.611
Acordo Trabalhista	21	399.314	-
Parcelamento REFIS	20	2.071.686	1.943.486
Parcelamento Fornecedor		-	116.067
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>18.105.578</b>	<b>22.921.214</b>
Capital Social	24	26.814.711	26.814.711
(-) Prejuízos Acumulados		8.709.133	3.893.497

**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** 182.694.605 186.669.623

Demonstrações de Resultados Exercícios Findos em 31 de Dezembro			
Em Reais			
	Nota	2011	2010
<b>RECEITA DE VENDA DE SERVIÇOS</b>		<b>19.690.286</b>	<b>17.388.615</b>
(-) Deduções da Rec. de Vendas e Serviços		<b>2.006.084</b>	<b>1.635.778</b>
Sobre o Lucro		-	-
(-) COFINS e PIS Não Cumulativo, ISSQN, ICMS		2.542.717	2.202.023
(+) Créditos PIS/COFINS Não Cumulativo		536.633	566.245
<b>Receita Líquida de Vendas de Serviços</b>		<b>17.684.202</b>	<b>15.752.837</b>
(-) Custos dos Serviços Vendidos		14.655.973	13.887.090
<b>Lucro Bruto</b>		<b>3.028.229</b>	<b>1.865.747</b>
(-) Despesas Operacionais		<b>7.984.479</b>	<b>7.138.347</b>
(-) Despesas gerais e administrativas		4.712.551	4.217.411
(-) Contingências Trabalhistas e Cíveis		3.367.848	2.922.235
Reversão de provisões constituídas	22	95.920	1.329
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		<b>344.115</b>	<b>(2.689)</b>
Outras Receitas operacionais		1.550.499	1.629.922
(-) Outras Despesas Operacionais	23	1.206.384	1.632.611
<b>Outras Receitas (Despesas) Financeiras</b>		<b>(184.575)</b>	<b>57.824</b>
Receitas financeiras/VMA		413.294	276.192
(-) Despesas Financeiras		597.869	218.368
<b>Resultado Operacional</b>		<b>(4.796.710)</b>	<b>(5.217.465)</b>
<b>Outros Resultados</b>		<b>(1.907)</b>	<b>(11)</b>
(-) Perda na Baixa de Ativo Imobilizado		1.907	11
<b>Lucro (Prejuízo) Antes dos Tributos</b>		<b>(4.798.616)</b>	<b>(5.217.476)</b>
<b>Sobre o Lucro</b>		<b>(4.798.616)</b>	<b>(5.217.476)</b>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>(4.798.616)</b>	<b>(5.217.476)</b>
Lucro (Prejuízo) líquido por lote de mil ações do capital social		(0,001)	(0,001)
Quantidade de ações ao final do exercício		40.212.516.561	40.212.516.561

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 - Em reais

**NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG é uma sociedade por ações, constituída através da Lei n.º, 1643 de 06 de setembro de 1957, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, com capital social subscrito e integralizado. Quanto à sua estrutura física, esta é composta de vinte e duas (22) Unidades de Armazenagem e Negócios no Estado de Minas Gerais. Tem como principal objetivo armazenar e ensilar produtos do agronegócio, bem como exercer o comércio de produtos similares aos recebidos em depósitos, na forma do Decreto n.º, 3855 de 03 de julho de 2001.

Em 26 de maio de 2000, mediante contrato de compra e venda, realizou-se a transição acionária do Governo do Estado de Minas Gerais para a União, não havendo qualquer modificação das atividades operacionais. Encontra-se a empresa incluída no PND - Programa Nacional de Desestatização, cujo processo de caracterização de federalização apresenta-se atualmente em trâmite no Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância das normas do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, Lei das Sociedades por Ações, 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis integram as alterações trazidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**3.1. Ativos circulares e não circulares** - São apresentados por valores de custo ou de realização, e incluem quando requerido, as variações monetárias e rendimentos. Estão classificados no circulante os ativos cuja realização ou recebimento dar-se-á em período inferior a um ano e no não circulante os ativos cuja realização dar-se-á em período superior a um ano e ainda os investimentos em ativo imobilizado. **3.1.1. Disponibilidades e aplicações financeiras** - Estão avaliadas ao custo, sendo as aplicações financeiras demonstradas pelos valores aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. De acordo com a Resolução CMN n.º, 3284/2005 a Companhia efetua aplicação em fundos de investimentos administrados pelo Banco do Brasil. **3.1.2. Contas a receber** - São apresentados pelos respectivos valores de realização, bem como da provisão para perdas para fazer face às eventuais perdas no recebimento dos créditos. As estimativas para perdas foram feitas de acordo com a Lei n.º, 9.430/96. **3.1.3. Estoques de almoxarifado** - Os estoques estão representados por materiais de manutenção e consumo para as Unidades Armazenadoras.

**3.1.4. Estoque de mercadoria de terceiros** - São estoques de mercadorias de propriedade de terceiros armazenadas na Companhia. **3.1.5. Imobilizado** - Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando as estimativas de vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto Federal n.º, 3.000/99 e na Instrução Normativa SRF n.º, 162/98. **3.1.6. Demais ativos circulares e não circulares** - Os demais ativos circulares e realizáveis em longo prazo são demonstrados pelo valor de custo ou líquido de realização, dos dois o menor e, incluem quando aplicável os rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço. **3.2. Classificação dos passivos circulares e não circulares** - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ou contratuais incorridas. **3.2.1. Provisão para contingências** - A provisão para contingências está relacionada aos processos de natureza trabalhista e cível, foi constituída pela Companhia como resultado de eventos passados, tendo como base a opinião do Coordenador Jurídico. **3.2.2. Demais passivos circulares e não circulares** - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos dos correspondentes encargos até a data do balanço. **3.3. Apuração do resultado** - O resultado das operações sociais é pelo regime contábil de competência de exercício.

NOTA 4 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (Ativo Circulante)

O saldo de R\$ 1.217.996 em 31 de dezembro de 2011 e R\$ 1.342.379 em 31 de dezembro de 2010 referem-se a valores a receber de clientes, decorrentes da prestação de serviços de armazenagem e transbordo de produtos e não recebidos até 31 de dezembro, conforme detalhamos a seguir:

UNIDADES ARMAZENADORAS	POSICÃO EM 2011	POSICÃO EM 2010
Aifenas	-	-
Araguari	22.302	102.404
Bonfinópolis	-	-
Buritit	68.947	-
Capinópolis	113.290	80.349
Centralina	16.203	-
Conceição das Alagoas	34.951	60.676
Frutal	31.763	85.997
Iuiutaba	153.780	105.556
Monte Carmelo	168.515	146.364
Paracatu	64.846	58.042
Passos	6.000	8.484
Patos de Minas	22.370	115.829
Patrocínio	114.379	154.386
Sacramento	6.000	16.432
Santa Vitória	6.144	4.716
Tupaciguara	43.569	14.178
Uberaba	65.774	159.123
Uberlândia	275.579	231.844
Unai	3.584	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.217.996</b>	<b>1.342.379</b>

NOTA 5 - ESTOQUE DE PRODUTOS DE TERCEIROS (Ativo Circulante/Passivo Circulante)

Nesta conta estão contabilizados os saldos de estoques de produtos armazenados, de acordo com o Registro de Inventário das Unidades de Armazenagem da Companhia, sendo de R\$ 156.109.942 em 31/12/2011 e R\$ 155.865.357 em 31/12/2010.

NOTA 6 - TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR (Ativo Circulante)

O total de R\$ 212.576 está composto por: R\$ 189.511 relativo a retenção na fonte por empresa pública conforme lei 10.833/2001, cuja compensação será feita na guia de recolhimento dos impostos devidos pela Companhia; ISSQN a recuperar de R\$ 241 proveniente de recolhimento a maior, o qual encontra-se em processo de verificação pela Prefeitura local; e IRRF a recuperar de R\$ 22.784 retido sobre rendimentos de aplicações financeiras a ser compensado com outros tributos federais.

NOTA 7 - CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO (Ativo Circulante)

Refere-se ao saldo a receber de contratos de Concessão de Direito Real de Uso firmados pela Companhia no total de R\$ 98.484 em 2011 e R\$ 32.000 em 2010.

**NOTA 8 - RESSARCIMENTO DE CLIENTES (Ativo Circulante)**

Os saldos de R\$ 101.404 em 2011 e R\$ 46.798 em 2010 referem-se a valores a serem ressarcidos por clientes pelos serviços de carga e descarga executados por trabalhadores avulsos com intermediação do Sindicato de Braçagistas e respectivos encargos sociais, bem como a energia elétrica e os tributos recuperáveis previstos em cláusulas contratuais.

NOTA 9 - PRECATÓRIO A RECEBER (Ativo Circulante)

Em 2011, foi recebido o saldo remanescente de R\$ 500.000, referente ao acordo firmado em 2008 com a Prefeitura Municipal de Muriaé oriundo de precatório pela desapropriação do imóvel em 1991, até então sub-júdice, sendo homologado o pagamento pelo demandado de R\$ 1.900.000, e ainda a devolução do imóvel para o ativo imobilizado da Companhia. O Município ainda não fez a devolução do imóvel conforme previsto no Precatório n.º, 07/2000. Diante disso, a Companhia já solicitou perante o Tribunal de Justiça de Minas Gerais o cumprimento do acordo.

**NOTA 10 - OUTROS CRÉDITOS E VALORES A RECEBER (Ativo Circulante)**

Conforme discriminamos abaixo, o saldo de R\$ 2.303 trata-se de depósito judicial da impugnação de protesto contra fornecedor, que alegou falta de pagamento de obrigações, o processo encontra-se em andamento. Enquanto, o saldo do “Convênio com o Município de Jaíba” foi liquidado e o convênio extinto.

	2011	2010
Depósitos Judiciais Restituíveis	2.303	2.303
Convênio com Município de Jaíba	-	11.390
Sindicato dos Braçagistas de Uberlândia	-	36.133
	<b>2.303</b>	<b>49.936</b>

NOTA 11 - DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS A RECEBER EM COBRANÇA JUDICIAL (R. L. Prazo)

	2011	2010
Prefeitura Municipal de Governador Valadares	-	683.489
A Carta de Sentença para nulidade da Escritura Pública de Desapropriação foi expedida em 2011 pela Vara de Fazenda Pública, levada a registro e averbada no Cartório de Registro de imóveis de Governador Valadares, sendo o imóvel reintegrado ao ativo imobilizado da Companhia. Foi feita a reversão da baixa contábil no valor de R\$ 17.981 no Resultado, e o montante a receber de R\$ 683.489 registrado nesta conta baixado em contrapartida também em conta de Resultado. Foi solicitada ao Município a devolução do imóvel, tendo sido proposta a ação de reintegração de posse e indenização por perdas e danos, encontra-se pendente o ajuste entre o valor recebido pela CASEMG à época da desapropriação (R\$ 340.000,00) e o valor a receber do Município pela utilização do imóvel desde a época da desapropriação.		

NOTA 12 - DEPOSITOS JUDICIAIS/VALORES BLOQUEADOS PELA JUSTIÇA (R. L. Prazo)

O saldo de R\$ 1.213.008 em 2011 e de R\$ 696.840 em 2010 são de valores bloqueados pela justiça do trabalho, para garantia de parte do pagamento de indenizações de ações que estão sub-júdice. Em dezembro de 2011, o saldo de depósitos judiciais de R\$ 241.790 e 2010 de R\$ 345.887, decorrem de depósitos recursais relativos à ações trabalhistas e cíveis.

NOTA 13 - INSS A COMPENSAR (R. L. Prazo)

O valor de R\$121.757 é relativo ao recolhimento de INSS efetuado pela Companhia, incluído indevidamente no REFIS, cujo processo administrativo encontra-se protocolado na Receita Federal do Brasil para compensação na dívida.

**NOTA 14 - CRÉDITO A COMPENSAR COM IMPOSTOS MUNICIPAIS (R. L. Prazo)**

O montante de R\$ 845.445 refere-se ao crédito apurado no registro da Escritura Pública de Confissão e Compensação de Débitos recíprocos firmada entre a Prefeitura Municipal de Frutal e a CASEMG. Conforme consta na escritura a diferença do crédito a favor da CASEMG será revertido a título de compensação de débitos de IPTU, incidentes sobre os imóveis de propriedade da Companhia na cidade de Frutal, e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, que incide sobre o faturamento dos serviços prestados de armazenagem.

Devido ao descumprimento do acordo por parte de município de Frutal, foram ajustadas pela Companhia as ações cabíveis.

NOTA 15 - COBRANÇAS JUDICIAIS (R. L. Prazo)

Os saldos existentes em 31 de dezembro de 2010 em cobrança judicial de R\$112.402 (Município de Felixlândia e Oliveira Fernando Nogueira Lima) decorrem de valores a receber relativos às concessões de direito real de uso em cobrança judicial. A ação contra sub-Município de Felixlândia tem sentença favorável no valor de R\$ 90.000, restando apenas o julgamento de embargos de execução. Da mesma forma, a ação contra Oliveira Fernando Nogueira Lima, com pedido julgado procedente, o processo se encontra em fase de cumprimento de sentença. Foi determinado pelo Juiz o leilão do

bem penhorado. Apesar da expectativa de êxito pelo setor jurídico da Companhia os valores foram baixados nos termos da resolução Conselho Federal de Contabilidade - CFC 1180/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 que determina no item 31 que a entidade não deve reconhecer ativo contingente.

NOTA 16 - DUPLICATAS A RECEBER DE CLIENTES EM COBRANÇA JUDICIAL (R. L. Prazo)

Os saldos de R\$ 446.892 em 2011 e de R\$ 539.439 em 2010, decorrem de valores a receber relativos ao faturamento de duplicatas de clientes em cobrança judicial. Em 2011, foram feitos acordos judiciais e recebidos R\$ 102.039, sendo parte (R\$ 77.939) contabilizados na reversão de Provisão para Devedores Duvidosos em conta de Resultados.

NOTA 17 - PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS (R. L. Prazo)

Constituída a provisão para perdas com base na Lei n.º, 9.430/96 e Instrução Normativa SRF 93/97, para fazer face às perdas no recebimento dos créditos de Duplicatas a Receber registradas em conta de “Duplicatas a Receber em Cobrança Judicial” no Ativo Não Circulante. Em 2011, ocorreu reversão de baixa de R\$ 4.401 devido a desistência da ação de cobrança por faturamento indevido; R\$ 77.939 relativo acordo firmado com cliente conforme citado na Nota 16, e ainda foram provisionadas perdas de R\$ 222.907 que são relativas às duplicatas vencidas e não liquidadas até 31/12/2009, totalizando o saldo de R\$ 439.738.

Provisão p/ Devedores de Liquidação Duvidosos	
<b>Saldo Inicial</b>	<b>299.171</b>
Baixa de recebimento	(77.939)
Baixa de extinção de dívida	(4.401)
Provisão para perdas em 2011	222.907
<b>Saldo Final</b>	<b>439.738</b>

NOTA 18 - IMOBILIZADO/INTANGÍVEL (Ativo não Circulante)

	Taxa anual depreciação	2011	2010
Terrenos		602.172	587.337
Edificações	4%	8.974.278	8.952.274
Máquinas e Equipamentos	10%	47.245.708	47.685.838
Móveis e Utensílios	10%	1.840.586	1.788.088
Veículos	20%	210.633	210.633
Armazéns e Silos	4%	89.293.460	89.093.611
Obras em andamento		14.224	1.568
Direitos de Propriedade		-	412.327
Equipamentos de Informática	20%	561.010	490.647
		<b>148.742.072</b>	<b>149.222.556</b>

(-) Depreciação Acumulada 127.594.367 124.834.115

**TOTAL IMOBILIZADO** 21.147.705 24.388.240

INTANGÍVEL

Direitos e Propriedades 383.677 -

**TOTAL INTANGÍVEL** 383.677 -

Nos Ativos Imobilizados estão incluídos os itens tangíveis que são mantidos para uso na produção, fornecimento de serviços,